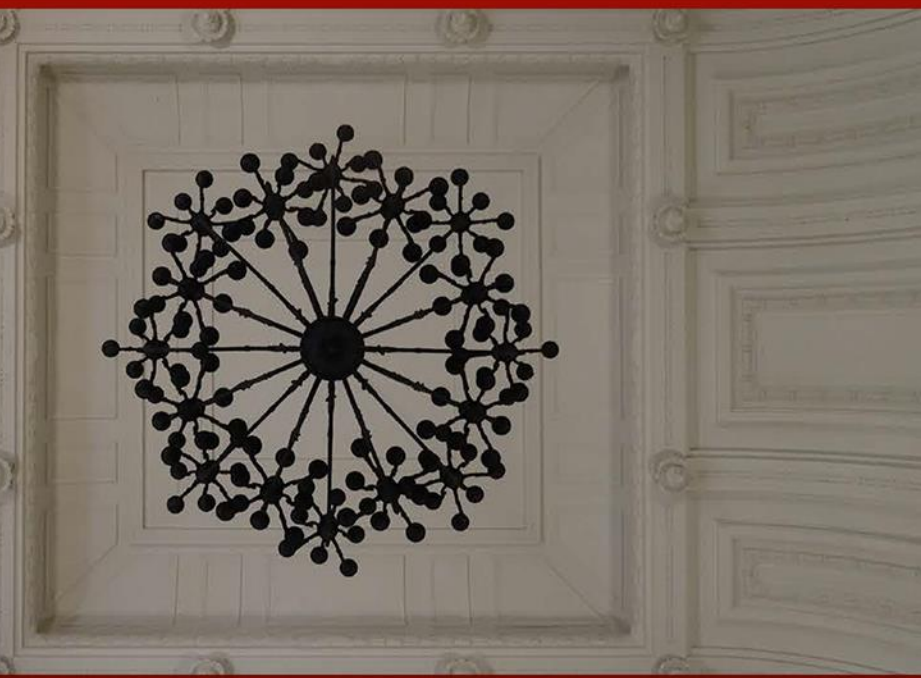


VI CURSO DE FORMAÇÃO INTERPARLAMENTAR (ASG-PLP)

O Parlamento e os cidadãos

25 março a 3 abril 2019



Diário da Assembleia da República

História e Desafios

Elsa Miranda
Divisão de Redação
27 de março de 2019

Diário da Assembleia da República

- Jornal oficial do Parlamento: acesso do cidadão ao debate parlamentar;
- Até há relativamente pouco tempo era a única forma de o cidadão acompanhar o debate;
- Tem características muito específicas e obedece a normas regimentais;
- É registo histórico e instrumento de trabalho.

Diário da Assembleia da República: particularidades da I Série



Palavra dita
(Debate)



Mediador
(redator)



Palavra escrita
(DAR)

Evolução histórica

DIARIO
DAS
CORTES GERAES E EXTRAORDINARIAS
DA NAÇÃO PORTUGUEZA.
NUM. 1.

ACTAS
DA
CAMARA
DOS
PARES DO REINO
DE
PORTUGAL.
SESSÃO ORDINARIA DO ANNO DE 1834.

Numero 285.  Anno 1837.
Diario do Governo.
SABBADO 2 DE DEZEMBRO.

DIARIO DAS CORTES
DA
NAÇÃO PORTUGUEZA
SEGUNDA LEGISLATURA.
TOMO PRIMEIRO.

DIARIO
DA
CAMARA
DOS
PARES DO REINO
DE
PORTUGAL.
SESSÃO EXTRAORDINARIA DO ANNO DE 1842
(3.ª SERIE—VOLUME 1.º)

ACTAS
DAS
SESSÕES PUBLICAS
Da Camara
DOS
SENADORES
Da Sessão Extraordinaria de 1858.
(Primeira Legislatura)

Referências à presença de público nas sessões

«Resolveo-se que a Sessão ficasse permanente, durante o trabalho das Comissões; e, precedendo huma breve discussão, **decidio-se á pluralidade de votos, que a Sessão se fizesse publica.**

Em consequencia forão admittidos tantos Espectadores quantos permittio a capacidade das Gallerias, para isso destinadas; (...) agradecendo aos que presentes erão a boa ordem, e devida veneração com que attendião e escutavão aquelle Respeitavel Congresso; e exhortando-os ao successivo e respeitoso silencio, acatamento com que sempre deverião presenciar as Augustas Tarefas dos Deputados Representantes da Nação (...)»

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (27/01/1821)

Evolução histórica



Evolução histórica

Terça-feira, 5 de Novembro de 1991

I Série — Número 1



VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE NOVEMBRO DE 1991

Quinta-feira, 12 de janeiro de 2017

I Série — Número 36



XIII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2016-2017)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Moisés Salvador Coelho Ferreira

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro

Quinta-feira, 2 de Novembro de 1995

I Série — Número 2



VI LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1994-1995)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE OUTUBRO DE 1995

Referência à presença de público nas sessões

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

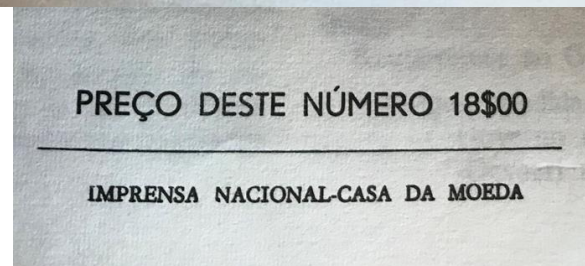
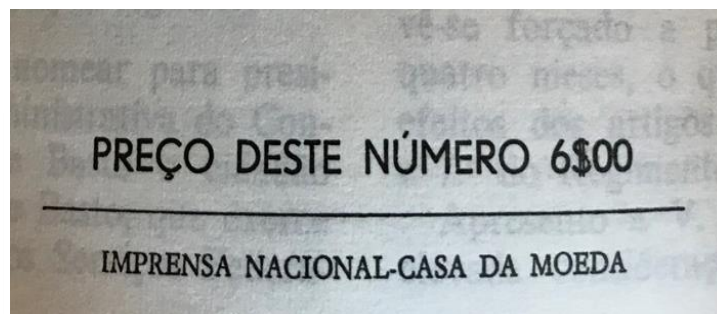
Eram 15 horas e 4 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de **abrirem as galerias**.

Diário da Assembleia da República (28/10/2015)

Jornal oficial do Parlamento: publicação e distribuição

- Em papel, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda (comercialização)



- Formato digital, gratuito (a partir de 2003)

Modelos de registo na Sala das Sessões

- Estenografia (de 1821 a meados de 1960)



Modelos de registo na Sala das Sessões

- Gravação em bobines, cassetes, minicassetes e transcrição manual e serviço de datilografia (de meados de 1960 até 2008/2009)



Modelo de registo na Sala das Sessões

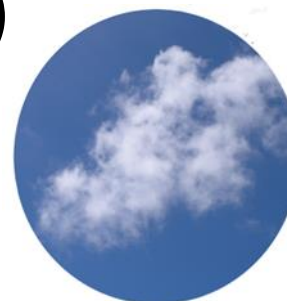
Plataforma digital (desde 2008/2009)



servidores:



conteúdos
aplicações
metadados/ base de dados
web



www.

// arnet



Redatores/revisores

Mesa da redação na Sala das Sessões

Antes



Agora



I Série DAR: Registo fiel e completo do que acontece na Sala das Sessões

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro estava convicto do que disse?!
Agora, veio aqui dizer-nos uma coisa espantosa: entre as informações do Bush e do Sr. Blair — essa avestruz! —...

Risos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

O Orador: — Palhaço é o senhor!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — **Seu palerma!
Nunca chegará a brigadeiro, não passará de um sargento
da cagalhota!**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradecia que não se mandassem calar uns aos outros, porque, dentro dos limites do Regimento, todos os deputados têm direito a usar da palavra, inscrevendo-se para isso.

Está encerrado este incidente.

I Série DAR: Registo fiel e completo do que acontece na Sala das Sessões

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para manter o emprego (...). Nós não aproveitamos aquelas pessoas para vir ao Parlamento ganhar debates, Sr. Deputado! (...) O emprego e o futuro daquelas pessoas são importantes demais para os usarmos apenas como arma de arremesso político.

Aplausos do PS.

Protestos do BE.



O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O Sr. Ministro da Economia até lá foi levar o cheque da EDP ao clube desportivo!...

Neste momento, registam-se protestos do Ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, que, com os dedos indicadores na cabeça, faz um gesto a simular chifres.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Está a falar com quem?! Não fala assim para mim! Pensa que está a falar com quem?!»

(DAR 1.ª Série, n.º 99, de 2 de julho de 2009, p. 43)

DESAFIOS: Será possível a disponibilização mais rápida da I Série do DAR?

Qualidade da transcrição permite atualmente a disponibilização interna (*intranet*) de versão provisória do DAR, sem revisão final, no dia seguinte à sessão.

Desafio: Disponibilizar essa mesma versão final sem revisão final também ao cidadão (*internet*)

DESAFIOS: Menos tempo na Sala, transcrição mais rápida, I Série do DAR pronta no fim da sessão?

Os recursos humanos de que a Divisão de Redação dispõe não permitem responder afirmativamente à questão colocada (poucos redatores, muitas entradas na escala= muitas transcrições)

Os jornais de outros Parlamentos em que tal acontece parecem ser de mais difícil leitura e compreensão para todos nomeadamente para os cidadãos, sendo que a versão definitiva demora muito mais a ser publicada.

Autenticidade do discurso parlamentar: rigor e facilidade de leitura

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar ao último ponto da nossa ordem do dia, que consiste na apreciação conjunta, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 692/XIII (3.ª) — Procede à 45.ª alteração ao Código Penal, reforçando a proteção jurídico-penal dos jornalistas no exercício de funções (PS) e 691/XIII (3.ª) — Altera o Código Penal, tornando crime público as agressões a jornalistas no exercício das suas funções ou por causa delas (BE).

Para apresentar o projeto de lei do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A nossa Constituição inscreve, de forma particularmente clara e inequívoca, a proteção, no quadro das liberdades fundamentais, da liberdade de imprensa.

Resgatada de 48 anos de ditadura, de censura, de ausência de condições de trabalho, efetivamente, o nosso texto constitucional é dos mais robustos na proteção da atividade jornalística, quer na dimensão coletiva do direito da fundação de jornais, quer no plano da garantia de independência dos meios de comunicação social face ao poder político e face ao poder económico, mas também numa importante dimensão que se prende com as condições objetivas para que individualmente cada jornalista possa exercer não só a sua profissão e mas a importante função de informar e de garantir o direito dos cidadãos a estarem informados.

Consequentemente, no quadro das medidas legislativas que podemos constituir e colocar no terreno para assegurar essa proteção, a dimensão penal não é de desconsiderar e deve fazer parte fundamental deste contexto e deste quadro legislativo a aplicar.

Já hoje, felizmente, o Estatuto do Jornalista consagra diversas medidas que asseguram esta proteção em vários domínios, seja no da proteção das fontes, seja no da proteção da independência e do sigilo profissional e em matérias que têm vindo profundamente a ser complementadas com a intervenção das convenções internacionais de que Portugal é signatário. No entanto, subsiste, de alguma forma, não propriamente uma lacuna mas uma área de intervenção em que se justifica plenamente reforçar a proteção penal hoje existente, através da inclusão dos jornalistas no exercício de funções ou por causa delas entre as entidades e pessoas que são, por isso mesmo, objeto de proteção acrescida no caso de um conjunto significativo de ilícitos criminais, a começar, obviamente, pelo homicídio qualificado, mas que, depois, se repercute no quadro do Código Penal como fator de qualificação dos crimes que se dirigem aos titulares em funções e por causa delas.

DESAFIOS: A transcrição automática não será a solução para o futuro?

Talvez.

Os testes feitos até ao momento com a Microsoft e a Voice Interaction revelaram que estes sistemas não têm ainda a qualidade necessária, mas tencionamos retomar o processo;

Desafio: Mais testes para o sistema “aprender” léxico parlamentar (comissões grupos de trabalho?)

Transcrição automática: teste

Speaker -

Obrigado senhora deputada. A senhora deputada em para já 4 pedidos de palavra e e, portanto, isso que conta para os inscritos até ao momento da sua intervenção perguntas se desce a responder 2 a 2 e essa informação da Brigada tem por isso a palavra para uma pergunta o senhor deputado Luís Graça do PS.

Speaker -

Até 2001 recebeu presidentes senhoras e senhores deputados sobre a deputada, Isabel Galriça Neto traz-nos aqui mais uma vez o debate sobre a saúde e começa logo pela dívida. Senhora deputada, a dívida está em linha com o plano orçamental aprovado e aquilo que nos separa dos últimos 4 anos da direita e que os 4 anos do Governo PSD CDS são caracterizados pelo desvio desvio orçamental. Desvio na dívida, desvio nos índices salariais nos índices sociais e este tem sido o tempo de cumprir cumprir as metas orçamentais, cumprir a dívida investir na melhoria dos cuidados de saúde. Esta tem sido a grande diferença no último ano e meio e o défice de 2 por cento, não houve foi um milagre foi fruto do esforço dos portugueses e do Trabalho do Governo. Ao contrário do se PSD e do CDS que quando estavam no Governo, queixavam-se os sindicatos e achavam todas as gregos injustas o Partido Socialista e o Governo considera que a greve é um direito fundamental em democracia e neste caso da greve dos médicos, um direito até justificava a muitas das reivindicações que aqui trazem desde logo, porque entre 2011 2015, não sendo os médicos a classe mais favorecida foi uma das classes mais fustigadas pelo a governação do PSD e do CDS.

Transcrição automática: teste

A Sr.^a Deputada tem, para já, quatro pedidos de palavra e é, portanto, isso que conta até ao momento. Pergunto-lhe se deseja responder dois a dois. É essa a informação que tenho.

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Jorge Lacão): — Tem a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado Luís Graça, do PS.

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Galriça Neto, traz-nos aqui, mais uma vez, o debate sobre a saúde e começa logo pela dívida. Sr.^a Deputada, a dívida está em linha com o plano orçamental aprovado e aquilo que nos separa dos últimos quatro anos da direita é que os quatro anos do Governo PSD/CDS são caracterizados pelo desvio — desvio orçamental, desvio na dívida, desvio nos índices sociais. E este tem sido o tempo de cumprir — cumprir as metas orçamentais, cumprir a dívida, investir na melhoria dos cuidados de saúde. Esta tem sido a grande diferença no último ano e meio. E o défice de 2% não foi um milagre, foi fruto do esforço dos portugueses e do trabalho do Governo. Ao contrário do PSD e do CDS que, quando estavam no Governo, se queixavam dos sindicatos e achavam todas as greves injustas, o Partido Socialista e o Governo consideram que a greve é um direito fundamental em democracia e, neste caso da greve dos médicos, um direito até justificado em muitas das reivindicações que aqui trazem, desde logo porque, entre 2011 e 2015, não sendo o 21.º médico a 2015 e mais favorecida, foi uma das classes mais fustigadas

DESAFIOS: Uniformização de registos nas várias bases de dados e no DAR e formatação de documentos

- *Internet* abriu o Parlamento ao cidadão: é preciso disponibilizar a informação sempre da mesma forma (títulos das iniciativas legislativas, por exemplo:

projeto de resolução n.º 2/XIII (1.ª) — Sobre a afirmação dos principais compromissos europeus de Portugal (PSD e CDS-PP) (DAR)

Projeto de Resolução 2/XIII/1.ª - Sobre a afirmação dos principais compromissos europeus de Portugal (PSD e CDS-PP)

Desafio: uniformização da formatação de texto para agilizar trabalho dos vários serviços (grupo de trabalho)

DESAFIOS: II Série: faz sentido manter-se como está?

Documentos a publicar disponíveis em **várias bases de dados parlamentares pesquisáveis** (II Série não permite pesquisar), com carregamento imediato pelos vários serviços.

Desafios:

- Continuar?
- Fazer publicações periódicas, com interesse e visão de conjunto?

Outras iniciativas:

Parlamento de Portas Abertas (25 de Abril/Jornadas Europeias do Património)

